

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE CURITIBA



Evento gratuito reunirá cultura, turismo e gastronomia

Curitiba celebrará tradições locais com o Festival da Erva-Mate e Café

Na sexta-feira (31) e no sábado (1º/8), Curitiba (PR) realizará o Festival da Erva-Mate e Café, na Boca Maldita, com entrada gratuita e programação voltada à valorização de dois produtos ligados à história do Paraná. O evento reúne música ao vivo, workshops, degustações e cursos. A iniciativa é promovida pela prefeitura, por meio do Curitiba Turismo, da Fundação Cultural de Curitiba e da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional, em parceria com outras instituições. A programação se estende até 8 de agosto, com mais de 20 atrações de turismo, cultura e gastronomia pela cidade, incluindo ações de qualificação da Escola de Turismo para moradores, visitantes e profissionais. As atividades também apresentam experiências relacionadas aos sabores, métodos de preparo e tradições associadas à erva-mate e ao café.

Defesa Civil alerta para temporais em SC

A Defesa Civil de Santa Catarina informou que a semana terá tempo firme e temperaturas elevadas, mas a passagem de uma frente fria continuará provocando chuva e temporais até a manhã desta quarta-feira (29). Há risco moderado para alagamentos, destelhamentos, queda de árvores e queda de energia. A partir de quinta (30), o tempo volta a ficar estável, com redução das temperaturas e possibilidade de chuva fraca apenas no litoral. As temperaturas voltam a subir gradualmente no próximo fim de semana.

ASCOM/DEFESA CIVIL SC



Apesar da frente fria, as temperaturas permanecem elevadas

MPSC promove direito dos animais no estado

Treze Promotorias de Justiça de Santa Catarina aderiram ao projeto “MP Guardião da Vida Animal”, lançado pelo Ministério Público (MPSC), para apoiar ações de proteção aos animais nos municípios. A iniciativa busca auxiliar as unidades na criação e fiscalização de políticas públicas permanentes, com medidas como castração, identificação de animais, campanhas educativas, capacitação de servidores e fortalecimento de canais de denúncia. O projeto foi criado pelo Grupo Especial de Defesa dos Direitos dos Animais (GEDDA).

Justiça do RS invalida concurso em Passa Sete

A 1ª Vara Judicial da Comarca de Sobradinho (RS) determinou a anulação do Concurso Público Edital nº 01/2014 do município de Passa Sete. A decisão atinge todos os cargos do certame e anula atos como homologações, nomeações e posses. O município e o Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos Ltda. (IDRH) deverão ressarcir os candidatos pelo valor das inscrições após a ação civil pública.

Risco de inundação

A Defesa Civil gaúcha emitiu, para hoje (29), um alerta de risco muito alto de inundação do Rio dos Sinos, em São Leopoldo (RS). O órgão orienta moradores a buscarem informações junto à Defesa Civil local e consultarem o Plano de Contingência. Em caso de emergência, os contatos são Brigada Militar (190) e Corpo de Bombeiros Militar (193).

Restaurante comunitário

O Restaurante Universitário do campus Trindade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) voltará a servir refeições em 4 de agosto. O serviço foi interrompido para reparos nas redes de energia elétrica e melhorias no espaço. Os usuários terão transporte ao restaurante do Centro de Ciências Agrárias entre 1º e 3 de agosto.

Secretário condenado

O secretário de Planejamento de Ampére (PR) foi condenado a cinco anos de reclusão em regime inicial semiaberto por importunação sexual e corrupção passiva. A decisão acolheu uma denúncia do Ministério Público (MPPR) após a investigação sobre fatos ocorridos em 2025, quando ele era presidente da Câmara Municipal. Ainda cabe recurso.

Simulações da ONU

Estão abertas até 15 de agosto as inscrições para o XV UFRGS-Mundi, projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que simula debates da Organização das Nações Unidas (ONU) para estudantes do ensino médio. A iniciativa ocorre em 17 e 18 de outubro, na Faculdade de Ciências Econômicas. As escolas devem inscrever alunos.

Nova Promotoria

Uma nova Promotoria de Justiça será instalada pelo Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) na Comarca de Itapema nesta quarta-feira (29). A medida cria a 4ª Promotoria de Justiça e redistribui atribuições entre os órgãos locais. O objetivo é organizar o atendimento às demandas da população e ampliar a atuação da instituição na região.

Visita técnica

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a concessionária EPR Paraná realizam hoje (29), às 15h, uma visita técnica na BR-376, em Maringá (PR), para acompanhar a conclusão das intervenções do Plano de 100 Dias da EPR. A atividade integra o acompanhamento das ações previstas no contrato de concessão da rodovia local.



Disputa sobre ISS entre o Porto Itapoá e o município é questionada

MPSC investiga prejuízo milionário a Itapoá em acordo

Ação pede o ressarcimento de cerca de R\$ 20 milhões aos cofres públicos

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ajuizou uma ação civil pública com um pedido de tutela de urgência para suspender parcelas restantes de um acordo firmado entre o município de Itapoá (SC) e o Porto Itapoá e buscar o ressarcimento de recursos ao erário.

A medida foi adotada após uma investigação da 1ª Promotoria de Justiça de Itapoá apontar possíveis irregularidades na devolução de valores do Imposto Sobre Serviços (ISS). A ação pede a suspensão do pagamento de cerca de R\$ 6,5 milhões, a restituição de mais de R\$ 12,2 milhões já pagos e a devolução de R\$ 1,87 milhão que, segundo auditoria, teria sido recebido em excesso pela empresa.

O acordo foi firmado em 2023 para encerrar uma disputa judicial sobre o ISS.

Conforme a ação, o município assumiu o compromisso de devolver mais de R\$ 18,7 milhões ao terminal portuário, embora os elementos reunidos durante a investigação não demonstrem critérios técnicos ou cálculos que justifiquem esse valor.

A investigação também apontou divergências entre os montantes previstos no acordo e aqueles movimentados nas contas judiciais.

A auditoria realizada por servidores efetivos do município concluiu que os depósitos judiciais acumulados durante a disputa seriam suficientes para atender aos direitos da empresa, sem necessidade de novos desembolsos pelo poder público.

Segundo o MPSC, a ação não pretende rediscutir a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) sobre as alíquotas do ISS, mas busca verificar se o acordo observou os critérios definidos no julgamento e se os valores pactuados possuem respaldo técnico e documental.

A investigação começou após o MPSC receber uma representação que questionava a devolução dos recursos ao terminal portuário.

Durante a apuração, a 1ª Promotoria de Justiça contou com apoio técnico dos Centros de Apoio Operacional da Ordem Tributária e da Moralidade Administrativa do MPSC e recomendou a realização de auditoria especializada.

O relatório analisou documentos fiscais, depósitos judiciais, pagamentos, extratos bancários e registros operacionais da empresa, concluindo que não haveria obrigação financeira remanescente que justificasse os R\$ 14 milhões previstos no acordo.